



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570852 - SP (2020/0080301-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ANA MARIA SOARES
ADVOGADO : ANA MARIA SOARES - SP342914
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL DE SOUZA QUEIROZ (PRESO)
CORRÉU : FABIO DA SILVA
CORRÉU : PRISCILA OLIVEIRA CASTRO
CORRÉU : YAGO SILVIO SANCHEZ NUNES DA SILVA
CORRÉU : FABIANA ALVES CONTAR
CORRÉU : FABRICIO LUIZ PLACIDO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de RAFAEL DE SOUZA QUEIROZ contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2271975-06.2019.826.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso temporariamente em 8/10/2019 pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 2º da Lei n. 12.850/2013 e art. 35 da Lei n. 11.343/06 (organização criminosa e associação para o tráfico de entorpecentes). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS Organização criminosa e associação para a prática do tráfico ilícito - Prisão preventiva decretada Revogação - Presença de pressupostos legais que autorizam a manutenção do Paciente no cárcere - Despacho suficientemente fundamentado. Ordem denegada (fl. 30).

No presente *mandamus*, ressalta as condições pessoais favoráveis do paciente, bem como o fato de não ter sido apreendido substância ilícita em seu poder. Assevera inexistirem indícios suficientes de autoria.

Alega ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Invoca o princípio da presunção de inocência e

sustenta que o decreto prisional não individualiza as condutas dos réus para fundamentar a necessidade da medida extrema em cada caso.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a expedição de mandado de prisão, ainda que mediante aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça.

Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhe as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator